

# Passarinho diz que parlamentares querem mais salários

O ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, acusou ontem os parlamentares de buscar um aumento para seus próprios salários ao defenderem um reajuste geral para o funcionalismo público antes de agosto. "Eles, hipocritamente, podem dizer que não, mas querem um índice comum para proveito próprio", afirmou o ministro. Os parlamentares estão ganhando Cr\$ 1.570 mil mensais desde fevereiro.

"Isso é uma irresponsabilidade do ministro. Se houvesse tal interesse, teríamos aprovado a MP e conseguido um reajuste máximo de 100%", rebateu o deputado federal José Genoíno (PT-SP). Segundo o deputado, a declaração de Jarbas Passarinho "complica as relações do governo com o Congresso" porque o ministro é seu principal articulador. O governo pretende levar a aceitação da MP para votação em plenário, depois que ela foi rejeitada na comissão especial do Congresso.

## Apelo aos governadores

Passarinho descartou a concessão de um reajuste geral ao funcionalismo em junho ou em julho, reivindicada pelos parlamentares. Apesar disso, o presidente Fernando Collor disse confiar na aprovação tranquila da MP, com índices de reajuste diferenciados para militares e parte dos servidores civis da União.

Mesmo assim, o ministro da Justiça inicia hoje, por recomendação do presidente, uma maratona de telefonemas a governadores para que eles influenciem as bancadas de seus Estados para a votação. A lista não inclui o governador do Rio, Leonel Brizola, apesar da aproximação entre ele e Collor. "Há governadores mais cooperadores", disse o ministro.

## Vitória não é tranquila

Passarinho disse temer pelo resultado da votação de admissibilidade da MP no plenário, que deverá ocorrer o mais tardar até a quarta-feira. "Não acho a vitória pacífica; precisamos trabalhar com os governadores junto às bancadas", disse o ministro. Ele argumentou que para bloquear a tramitação da medida no Congresso, basta que a oposição reúna os votos de 252 deputados e 41 senadores. O regimento, porém, favorece o governo: caso a oposição não reúna os votos necessários em duas sessões, a medida será considerada automaticamente "admitida".

O ministro admitiu que o governo pode rever alguns pontos da MP e estender a correção de salários para algumas categorias que foram excluídas. Segundo Passarinho, os professores universitários e os funcionários do Tesouro Nacional poderão ter seus salários revistos antes de agosto.